

**O FASCISMO ONTEM E HOJE: A BANALIDADE DA NAÇÃO E OS RISCOS À
DEMOCRACIA**

***EL FASCISMO AYER Y HOY: LA BANALIDAD DE LA NACIÓN Y LOS RIESGOS
PARA LA DEMOCRACIA***

***FASCISM YESTERDAY AND TODAY: THE BANALITY OF THE NATION AND THE
RISKS TO DEMOCRACY***



Roberto César Costa CUNHA¹
e-mail: robertoujsma@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

CUNHA, Roberto César Costa. O fascismo ontem e hoje: a banalidade da nação e os riscos à democracia. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026009, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2026.11261>.



| Submetido em: 18/11/2025
| Revisões requeridas em: 27/02/2026
| Aprovado em: 04/03/2026
| Publicado em: 18/06/2026

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Santa Catarina (SC) – Brasil. Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFSC).

RESUMO: O ensaio examina o fascismo como prática política que se reinventa em contextos históricos distintos, apropriando-se do imaginário nacional para corroer a democracia por dentro. A partir de autores como Hannah Arendt, Robert Paxton, Umberto Eco, Jason Stanley, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, discute-se o conceito de “banalidade da nação” como etapa preparatória para a “banalidade do mal”. São analisados exemplos históricos, como a ascensão nazista e o Anschluss, e casos contemporâneos, incluindo o Brasil recente, a fim de compreender como símbolos e discursos nacionais podem ser capturados para legitimar projetos excludentes. Argumenta-se que a defesa da democracia exige recusar a falsa simetria entre o pluralismo e ideologias que buscam erradicá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo. Democracia. Banalidade da nação. Autoritarismo. Geopolítica.

***RESUMEN:** El ensayo examina el fascismo como práctica política que se reinventa en distintos contextos históricos, apropiándose del imaginario nacional para corroer la democracia desde dentro. A partir de autores como Hannah Arendt, Robert Paxton, Umberto Eco, Jason Stanley, Eric Hobsbawm y Benedict Anderson, se discute el concepto de “banalidad de la nación” como etapa preparatoria de la “banalidad del mal”. Se analizan ejemplos históricos, como el ascenso nazi y el Anschluss, y casos contemporáneos, incluido el Brasil reciente, con el fin de comprender cómo símbolos y discursos nacionales pueden ser capturados para legitimar proyectos excluyentes. Se argumenta que la defensa de la democracia exige rechazar la falsa simetría entre el pluralismo y las ideologías que buscan erradicarlo.*

***PALABRAS CLAVE:** Fascismo. Democracia. Banalidad de la nación. Autoritarismo. Geopolítica*

***ABSTRACT:** This essay discusses fascism as a political practice that reinvents itself in different historical contexts, appropriating the national imaginary to erode democracy from within. Drawing from authors such as Hannah Arendt, Robert Paxton, Umberto Eco, Jason Stanley, Eric Hobsbawm and Benedict Anderson, it discusses the concept of “banality of the nation” as a preparatory stage for the “banality of evil.” Historical examples, such as the Nazi rise to power and the Anschluss, and contemporary cases, including Brazil in recent years, are analyzed to understand how national symbols and discourses can be captured to legitimize exclusionary projects. It is argued that defending democracy requires rejecting the false symmetry between pluralism and ideologies that seek to eradicate it.*

***KEYWORDS:** Fascism. Democracy. Banality of the nation. Authoritarianism. Geopolitics.*

Introdução: A armadilha moral e a banalidade do mal

A literatura contemporânea sobre o fascismo converge para um ponto central: sua incompatibilidade estrutural com o pluralismo democrático. Paxton (2004), em *A anatomia do fascismo*, e Eco (2002), em *O fascismo eterno*, mostram que, apesar de se adaptar a diferentes contextos nacionais, o fascismo preserva constantes, sobretudo a recusa do dissenso e a construção de inimigos internos como fundamento da coesão política.

No julgamento de Adolf Eichmann, Arendt (1999), em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, demonstrou que o totalitarismo não depende do fanatismo explícito, mas da obediência acrítica às normas injustas. Essa “banalidade do mal” explica como o fascismo se infiltra no cotidiano político, revestindo-se de normalidade até corroer a democracia por dentro.

O diálogo com o fascismo, nesse sentido, constitui uma armadilha. Aceitar sua presença em arenas deliberativas parte da falsa premissa de que seria possível enfrentá-lo pela persuasão racional. Na prática, isso legitima seu enquadramento moral binário, em que o fascista se apresenta como portador do bem absoluto, relegando o adversário à condição de inimigo ilegítimo. Como advertiu Paxton (2004), o fascismo ingressa nas instituições não para coexistir, mas para instrumentalizá-las em sua destruição.

Joseph Goebbels² já afirmava que o debate não visa buscar a verdade, mas “vencer”, entendida como desmoralização do oponente. Essa lógica, que Eco (2002) identifica como parte do “fascismo eterno”, mantém-se viva em formas contemporâneas, adaptadas a novos contextos midiáticos e institucionais. No Brasil recente, a estratégia se expressa em ataques sistemáticos às instituições republicanas, campanhas de desinformação em larga escala e episódios como os atos de 8 de janeiro de 2023, quando a retórica de ódio contra minorias e opositores se converteu em ação direta contra a democracia. Esses eventos confirmam que a presença fascista não busca disputar ideias, mas eliminar as condições que tornam essa disputa possível.

Dessa forma, sustenta-se que o diálogo com o fascismo não é ingenuidade, mas insensatez estratégica e moral, pois oferece acesso a mecanismos que serão usados contra a própria democracia. A análise a seguir articula duas dimensões: a banalidade do mal (Arendt,

² Joseph Goebbels (1897–1945) foi ministro da Propaganda do Terceiro Reich e um dos mais próximos colaboradores de Adolf Hitler. Responsável pela construção do aparato comunicacional nazista, desenvolveu técnicas de manipulação de massas baseadas na repetição, na simplificação de mensagens e na criação de inimigos comuns.

1999), que mostra a normalização do autoritarismo, e a banalidade da nação, aqui proposta como conceito para descrever a manipulação do pertencimento nacional como arma excludente.

A reflexão que se segue está organizada em três movimentos articulados. No primeiro, examina-se a lógica própria do debate fascista e o equívoco de tratá-lo como mera opinião, evidenciando como a retórica autoritária subverte as condições mínimas do pluralismo. Em seguida, analisa-se o funcionamento histórico e contemporâneo do fascismo, destacando sua capacidade de adaptação e a manipulação da ideia de nação, aqui compreendida como “banalidade da nação”, para legitimar projetos excludentes. Por fim, na conclusão, recuperam-se os principais argumentos desenvolvidos e reafirma-se a necessidade de recusar a falsa simetria entre democracia e intolerância, a fim de proteger tanto as instituições quanto o vínculo coletivo que sustenta a própria ideia de soberania popular.

A forma lógica do debate fascista e por que tratá-lo como opinião é erro fatal

A tradição democrática, em especial a progressista, concebe o debate como confronto de argumentos fundamentados em evidências, lógica e contraposição conceitual. Marx (2010), na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, defende a necessidade de uma crítica implacável dos fundamentos das concepções equivocadas, expondo suas contradições e implicações práticas. Nessa lógica, o embate se dá entre ideias, não contra os indivíduos que as defendem.

O fascismo rompe com esse princípio. Conforme analisa Paxton (2004), sua lógica não é dialógica, mas estratégica: não pretende refutar argumentos, e sim deslegitimar o argumentista como ator político. A disputa discursiva é apenas instrumental, parte de um processo que visa neutralizar opositores e consolidar poder. A “vitória” não é a prevalência de uma tese racional, mas a destruição da credibilidade do adversário e, em última instância, da sua possibilidade de existir politicamente.

Esse padrão de atuação converte o debate em arena de guerra retórica, marcada por três procedimentos constantes. Primeiro, a definição moral do campo: o fascismo reivindica exclusividade da moralidade, atribuindo ao outro uma condição intrinsecamente maligna, o que impede qualquer reconhecimento de legitimidade política (Stanley, 2018). Segundo, o deslocamento da pauta: diante de dados verificáveis, recorre a desvios temáticos, ataques pessoais e confusão semântica, corroendo o espaço factual (Snyder, 2017). Terceiro, a

normalização da mentira: a repetição sistemática de falsidades cria um universo paralelo resistente à crítica racional (Eco, 2002; Stanley, 2018).

No Brasil recente, tais práticas mostraram-se evidentes. Nas eleições de 2018 e 2022, campanhas coordenadas de desinformação nas redes sociais atacaram a confiabilidade das urnas eletrônicas e das instituições eleitorais. Oposicionistas foram rotulados de “inimigos da pátria” ou “traidores”, esvaziando a possibilidade de diálogo. Episódios posteriores, como os atos de 8 de janeiro de 2023 e a participação de parlamentares na tentativa de invasão do Congresso Nacional em agosto de 2025, revelam o mesmo padrão: uso de arenas democráticas não para deliberação plural, mas para corrosão institucional.

Aceitar debater nessas condições implica submeter-se às regras fascistas, transformando o espaço político em palco de legitimação da exclusão. Surge então a questão central: se o fascismo não disputa argumentos, mas a própria existência de seus adversários, pode ser tratado como mera opinião legítima no espectro democrático?

A suposição de que o fascismo se trata de opinião legítima constitui erro conceitual e estratégico. No pluralismo democrático, opiniões divergentes coexistem porque partilham, como condição mínima, o reconhecimento da legitimidade recíproca. O fascismo recusa essa premissa: não enxerga o opositor como interlocutor, mas como inimigo a ser eliminado. Popper (1987), em *A sociedade aberta e seus inimigos*, formulou o paradoxo da tolerância: estender tolerância ilimitada ao intolerante resulta na destruição da própria tolerância. Reconhecer o fascismo como voz legítima abre-lhe acesso a espaços institucionais que, inevitavelmente, serão utilizados contra a democracia.

Arendt (2012), em *Origens do totalitarismo*, mostra que regimes autoritários não precisam da adesão da maioria: basta-lhes sufocar o espaço público até inviabilizar a vida política de seus opositores. O fascismo realiza esse objetivo não apenas pela coerção física, mas pela destruição sistemática da credibilidade de indivíduos e instituições. Assim, quando é tratado como “opinião”, cria-se uma falsa simetria que legitima o intolerante.

O Brasil contemporâneo oferece evidências claras dessa armadilha. Ataques sistemáticos à imprensa, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral, somados à rotulação de movimentos sociais e acadêmicos como “inimigos internos”, revelam que o alvo não são ideias, mas os próprios sujeitos democráticos que as sustentam. Nesses termos, o diálogo não é exercício de tolerância, mas mecanismo de legitimação da intolerância.

Portanto, enquadrar o fascismo como opinião é conceitualmente equivocado e politicamente perigoso, pois facilita sua institucionalização e acelera a erosão democrática. O

combate efetivo exige reconhecer que não há simetria possível entre a defesa do pluralismo e um projeto que busca erradicá-lo. Essa compreensão não se limita ao presente: ao longo da história, o fascismo demonstrou impressionante capacidade de adaptação, preservando seus mecanismos centrais em diferentes épocas e contextos nacionais. Entender como ele operou no passado e como se reconfigura no presente é condição indispensável para neutralizar suas formas contemporâneas.

O fascismo ontem, hoje e a banalidade da nação

Paxton (2004) sustenta que o fascismo não deve ser entendido apenas como ideologia, mas como prática política que emerge em contextos de crise, explorando instituições para destruir a democracia desde dentro. Essa característica explica por que episódios separados no tempo e no espaço compartilham um roteiro estratégico semelhante: alianças oportunistas, infiltração institucional e corrosão gradual da ordem democrática.

Na década de 1920, Benito Mussolini ascendeu ao poder na Itália, com apoio do rei Vítor Emanuel III e de líderes liberais como Giovanni Giolitti³, que acreditavam poder controlá-lo. O resultado foi o oposto: em poucos anos o parlamento foi neutralizado e instaurou-se um regime totalitário, confirmando o alerta de Eco (2002) sobre a convergência entre oportunismo político e apelo emocional de massa. Na Alemanha, Hitler alcançou o cargo de chanceler em 1933 com apoio de conservadores como Franz von Papen⁴, que subestimaram seu projeto. Poucos meses bastaram para dissolver liberdades civis e eliminar opositores. Como lembra Payne (1995), regimes fascistas nascem de alianças com elites tradicionais; Sternhell (1989) complementa que essa adaptabilidade estrutural explica a capacidade de reorganizar símbolos e narrativas para públicos distintos.

³ Giovanni Giolitti (1842–1928) foi um político liberal italiano que exerceu diversas vezes o cargo de primeiro-ministro no início do século XX. Conhecido por sua habilidade de conciliação entre monarquia, elites tradicionais e novas forças sociais, tornou-se símbolo de uma política pragmática e oportunista. Sua decisão de apoiar a nomeação de Benito Mussolini como primeiro-ministro, em 1922, visava estabilizar a crise política italiana, mas acabou contribuindo para a consolidação do regime fascista.

⁴ Franz von Papen (1879–1969) foi um político conservador alemão, chanceler em 1932 e, posteriormente, vice-chanceler no governo de Adolf Hitler. Representante das elites tradicionais, acreditava que poderia “domesticar” o nazismo ao integrar Hitler ao jogo político. Seu cálculo oportunista revelou-se desastroso: ao subestimar o projeto totalitário, abriu espaço para a rápida consolidação do regime nazista, tornando-se um exemplo histórico de como alianças com forças fascistas resultam na corrosão das instituições democráticas.

No Brasil, o integralismo de Plínio Salgado⁵, nos anos 1930, foi inicialmente tratado como mais uma corrente legítima. Mesmo após a Intentona Integralista de 1938, setores políticos mantiveram interlocução, acreditando poder instrumentalizar o movimento. Essa lógica de tolerância se repetiu décadas depois, quando a leniência com discursos autoritários abriu caminho ao golpe de 1964, que instaurou duas décadas de ditadura. Padrões semelhantes ocorreram no Chile: Pinochet (1973–1990) sustentava retórica nacionalista, mas subordinou o país a interesses estratégicos dos EUA, revelando o paradoxo do fascismo latino-americano, proclama soberania, mas sacrifica-a quando convém à manutenção do poder.

Historicamente, regimes fascistas mostraram pragmatismo em sacrificar autonomia nacional para ganhos imediatos. Mussolini assinou o Pacto de Latrão (1929)⁶ e alinou-se à Alemanha nazista, contrariando a retórica de soberania. Hitler firmou o Pacto Molotov–Ribbentrop (1939)⁷ com inimigo declarado, visando apenas vantagens estratégicas. Franco, na Guerra Civil Espanhola (1936–1939), consolidou-se graças ao apoio de Hitler e Mussolini. Pinochet e a ditadura brasileira pós-1964 repetiram o padrão, subordinando-se a Washington. Como observa Ben-Ghiat (2020), líderes autoritários contemporâneos reciclam essas táticas, adaptando-as ao ambiente midiático global.

No século XXI, o fascismo reaparece com novas ferramentas. Stanley (2018) destaca a manipulação da verdade e a divisão moral como centrais. No Brasil, isso se expressou na disseminação massiva de desinformação nas eleições de 2018 e 2022, na retórica contra o STF e no enquadramento de opositores como inimigos da nação. Snyder (2017) alerta: tolerar tais discursos leva à erosão gradual até a ruptura aberta, exatamente o que ocorreu nos atos de 8 de janeiro de 2023.

A convivência institucional reforçou esse processo. Negociações parlamentares mantiveram forças autoritárias em comissões estratégicas, concedendo legitimidade a atores que, como descreve Paxton (2004), utilizam acesso institucional para corroer a democracia. A participação de parlamentares no assalto ao Congresso (2025) materializa esse mecanismo. Após os atos, propostas de anistia ampla e projetos para enfraquecer o STF e a Justiça Eleitoral

⁵ O movimento integralista, liderado por Plínio Salgado, foi uma das expressões mais significativas de inspiração fascista na América Latina. Sua simbologia, uniformes verdes, a letra sigma, saudações, remeteu diretamente a modelos europeus, embora tenha adaptado elementos do catolicismo e do nacionalismo brasileiro.

⁶ O Pacto de Latrão foi um acordo firmado em 1929 entre o regime de Benito Mussolini e a Santa Sé, representada pelo papa Pio XI. O tratado reconheceu a soberania da Cidade do Vaticano e garantiu privilégios à Igreja Católica em troca de seu apoio político ao fascismo.

⁷ Assinado em 23 de agosto de 1939 entre a Alemanha nazista e a União Soviética, o Pacto Molotov–Ribbentrop foi um tratado de não agressão que incluía protocolos secretos de repartição da Europa Oriental em zonas de influência.

mostraram tentativas de institucionalizar a impunidade, criando condições para a rearticulação de forças antidemocráticas.

Os exemplos históricos e contemporâneos revelam três constantes fundamentais:

1. Instrumentalização das regras democráticas para minar a própria democracia.
2. Deslegitimação moral do adversário como pré-condição de exclusão.
3. Recusa radical do pluralismo como princípio político.

A esses elementos soma-se a manipulação da ideia de nação, o que aqui chamamos de banalidade da nação.

O fascismo reivindica monopólio do patriotismo, apresentando-se como guardião de uma nação homogênea. Paxton (2004) e Eco (2002) mostram que esse apelo é instrumental: a “nação” fascista é excludente, definida pela expulsão simbólica ou real de quem diverge. Assim como Arendt (1999) identificou a banalidade do mal como normalização da violência, a banalidade da nação consiste em reduzir um vínculo coletivo historicamente denso a um artefato retórico manipulado para justificar políticas excludentes.

Internamente, redefine a cidadania em termos de lealdade ideológica, expulsando dissidentes do corpo político. Externamente, relativiza a soberania: afirma-se contra adversários, mas se submete a aliados estratégicos. Hobsbawm (1990) lembra que a nação é construção histórica permeada por “tradições inventadas” criadas para legitimar projetos específicos (Hobsbawm; Ranger, 1997; Anderson, 1983) define-a como “comunidade imaginada”, vínculo coletivo que o fascismo captura e banaliza, transformando símbolos nacionais em instrumentos de facção.

No Brasil recente, bandeira, hino e até a palavra “Brasil” tornaram-se marcas de um campo político, não de união coletiva. Como observa Stanley (2018), o apelo à grandeza nacional mina a autonomia coletiva. Finchelstein (2017) mostra que fascismo e populismo autoritário compartilham essa instrumentalização. Ben-Ghiat (2020) reforça que líderes autoritários modernos adaptam velhas práticas às novas tecnologias, ampliando seu alcance.

Assim como a banalidade do mal normaliza a injustiça, a banalidade da nação normaliza a exclusão e a fragmentação, corroendo vínculos sociais que sustentam qualquer projeto democrático. Ao reivindicar símbolos nacionais apenas para si, o fascismo inviabiliza a construção de uma comunidade inclusiva e soberana. Quando a identidade coletiva se reduz a *slogan*, abre-se caminho para autoritarismos internos e dependências externas.

Considerações finais: A banalidade da insensatez

O exame teórico e histórico realizado neste artigo permite afirmar que o diálogo com o fascismo constitui não apenas uma estratégia politicamente equivocada, mas um fator de aceleração de sua consolidação e de corrosão das bases do Estado democrático de direito. O fascismo não ingressa nas instituições para participar delas em coexistência plural; ingressa para desfigurá-las, instrumentalizando as próprias regras democráticas para instaurar um regime excludente e autoritário.

Arendt (1999) demonstrou que o mal pode instalar-se de forma banal, por meio da repetição acrítica de práticas e discursos que, sob aparência de normalidade, corroem os fundamentos da convivência política. O diálogo com o fascismo é um desses mecanismos: ao aceitá-lo como parte legítima do debate, normaliza-se a sua presença e se legitima o seu projeto de supressão do pluralismo.

A dimensão nacional, tratada aqui como elemento central, acrescenta outra camada de gravidade. Ao reivindicar para si o monopólio do patriotismo, o fascismo esvazia o sentido substantivo de nação, reduzindo-o a um artefato retórico moldado para servir a um projeto de poder. Historicamente, esse processo pode levar a resultados de grande alcance, como no caso do *Anschluss*⁸ de 1938, quando o discurso de união nacional entre austríacos e alemães legitimou a anexação autoritária da Áustria ao Terceiro Reich. Ali, a soberania foi sacrificada em nome de uma identidade nacional homogênea, e a adesão popular, cuidadosamente encenada, mascarou a imposição violenta do projeto totalitário.

Paxton (2004) mostrou que, em todas as vitórias fascistas do século XX, houve a etapa inicial de inserção institucional seguida pela corrosão interna do sistema. Eco (2002) reforça que o fascismo é adaptável, capaz de assumir novas linguagens sem alterar seu núcleo autoritário. Stanley (2018) alerta para o uso da retórica nacional como arma de manipulação emocional, enfraquecendo a autonomia coletiva. Snyder (2017), por sua vez, adverte que esperar por sinais mais claros de ruptura é um erro fatal: o momento de agir é quando os primeiros indícios se tornam visíveis.

⁸ O termo *Anschluss* designa a anexação da Áustria pela Alemanha nazista em 12 de março de 1938. Apresentada como “união nacional” entre povos germânicos, a operação foi legitimada por intensa propaganda e por um plebiscito manipulado, no qual mais de 99% dos votos foram favoráveis.

Assim, o que aqui chamamos de banalidade da insensatez consiste em oferecer ao fascismo não apenas o palco do diálogo, mas também a linguagem simbólica da nação, dois recursos que serão voltados contra a própria democracia e contra a soberania popular. A história demonstra que, quando a banalidade da nação se instala, ela abre o caminho para a banalidade do mal: a transformação da exclusão simbólica em exclusão política e, por fim, em violência real. A defesa democrática exige, portanto, mais do que contestação argumentativa: requer a recusa ativa da presença fascista nas arenas deliberativas e a proteção do sentido de nação como espaço inclusivo e plural. Como advertiu Dietrich Bonhoeffer⁹, “não falar é falar. Não agir é agir”. A neutralidade, diante do fascismo, não é prudência, é cumplicidade. Como sintetizam Popper (1987), Bobbio (1986) e Sternhell (1989), a história mostra que democracias ruem quando confundem inclusão com neutralidade e tolerância com permissividade diante de projetos que visam destruí-las.

⁹ A frase “não falar é falar; não agir é agir” pertence ao teólogo luterano Dietrich Bonhoeffer, executado pelo regime nazista em 1945 por participar da resistência ao hitlerismo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BEN-GHIAT, Ruth. **Strongmen**: Mussolini to the present. New York: W.W. Norton & Company, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FINCHELSTEIN, Federico. **From fascism to populism in history**. Oakland: University of California Press, 2017.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAYNE, Stanley G. **A history of fascism, 1914–1945**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.
- PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. São Paulo: L&PM, 2018.
- STERNHELL, Zeev. **The birth of fascist ideology**: from cultural rebellion to political revolution. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania**: vinte lições do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não.
 - ☐ **Financiamento:** Não.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não aplicável.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Autoria única.
-